

O CURSO DE DIREITO ... ALGUMAS CONSIDERAÇÕES EM BUSCA DE QUALIDADE ... UM POUCO DE HISTÓRIA ... GRANDES DESAFIOS

*Ilca Oliveira de Almeida Vianna**

Resumo: *Como todos os cursos de nível superior no país também o Curso de Direito vem enfrentando desafios que exigem mudanças rápidas na sua estrutura e no seu funcionamento. Estes desafios têm se caracterizado, inicialmente, como histórico-míticos, políticos, éticos e, atualmente como epistemológicos, pedagógicos, investigativo-científicos, especialmente em função da necessidade premente de adaptar-se aos avanços da sociedade e suas modernas organizações, ao progresso das ciências e das tecnologias, inclusive na área da educação. Discutir e entender estes desafios constitui-se no objetivo maior deste trabalho que não pretende ser definitivo, mas contribuir para suscitar maiores discussões que possam contribuir para o avanço, em qualidade, das atividades didático-pedagógicas efetivadas nos cursos de Direito.*

Dificuldade Míticas e Históricas

Historicamente as famílias brasileiras, desde as suas origens, sempre orientaram seus filhos para a busca do título de “doutor” sem muita preocupação, com a sua origem.

Inicialmente os filhos da realeza, depois os descendentes dos coronéis, ainda hoje os filhos das famílias das classes economicamente mais privilegiadas são incentivados a escolherem o Curso de Direito em função do mito que envolve o título de doutor.

Esta mesma forma de pensar atinge nos dias de hoje a classe média e, em circunstâncias muito particulares, até algumas exceções da classe mais carente que conseguem chegar à universidade. E este mito, o do “doutor”, estreitamente ligado à busca do poder permanece nos Cursos de Direito acoimado pelos próprios docentes, frutos do mesmo mito, instaurando uma situação inaceitável: um curso centrado em legalidades funcionando a partir de um grande engodo: a promessa de um título não existente.

Legalmente, no país, o título de doutor só pode ser obtido de duas formas: após conclusão, com êxito, de um curso de pós-graduação em nível de doutorado em área

* Advogada e Professora Universitária em São Paulo

específica ou, excepcionalmente, por concessão de instituições de ensino superior do país, a personalidades especiais e de reconhecido valor, influência e renome em áreas específicas de conhecimento na forma do título de Doutor Honores Causa.

Nas famílias brasileiras, desde as suas origens, era costume enviar um dos filhos para freqüentar o curso de Direito fora do país e, posteriormente, nas primeiras universidades que aqui se instalaram com a vinda da família real.

Até hoje, às portas de um novo milênio, as famílias continuam encaminhando seus filhos à conquista do título de doutor, nos cursos de Direito, Medicina e outros que se caracterizam pelo mesmo mito.

As conseqüências têm sido desastrosas: cursos super lotados, profissionais frustrados com a profissão de Direito, humilhando-se às portas das cadeias, rondando famílias em litígio, organizações com problemas de legalidade, para conseguir causas para defender ou acusar.

Acusações pesadas rondam esses profissionais atingindo, inclusive e infelizmente, pessoas honestas e realmente dedicadas a fazer da justiça uma realidade em suas vidas e no país.

Na história de hoje - Novos desafios

A sociedade mudou de forma extraordinária nas últimas décadas, como decorrência dos novos paradigmas políticos, econômicos e as mais recentes conquistas das ciências e da tecnologia.

Infelizmente, estas transformações demoram a adentrar, especialmente nas universidades que têm, entre outras, a função de formar profissionais para atuar nessa sociedade em múltiplas e complexas mudanças, criando um paradoxo difícil de ser resolvido, exigindo alternativas que integrem todos os segmentos envolvidos no trabalho da Universidade, além de parcerias efetivas com seu ambiente externo.

O Bacharelado em Direito, como todos os demais cursos que envolvem diferentes áreas do conhecimento, além dos problemas histórico e tradicionais, assumem, agora, novos desafios e de ordem epistemológica, didático-pedagógica, científico-investigativa, tecnológica, política e ética.

Desafios Epistemológicos

Na **área epistemológica** o maior desafio enfrentado pelo Curso de Direito diz respeito ao entendimento do processo de conhecimento, do processo de ensinar-aprender.

Embora o trabalho didático-pedagógico, dentro da maioria das instituições de ensino superior e também nos Bacharelados em Direito, esteja centrado na transmissão

e memorização de conhecimentos prontos, fechados, pré-determinados, selecionados nos livros didáticos ou em documentos legais, algumas conquistas das ciências, especialmente da educação e áreas afins, estão a provocar mudanças no contexto acadêmico destas instituições.

As conquistas das ciências do conhecimento avançaram nas últimas décadas especialmente a partir de estudos, de Piaget (1967), Vygotsy (1998), Wallon (1992) e muitos outros estudiosos.

Para Piaget o conhecimento deve ser construído, de forma interativa com o meio ambiente, pelo próprio sujeito cognoscente, a partir de situações desafiadoras e conduzir a raciocínios mais complexos que a simples memorização e estando condicionado ao nível do desenvolvimento das suas estruturas mentais.

Nesse sentido, para o Curso de Direito e todos os cursos formadores de profissionais para a sociedade contemporânea, o principal objetivo do processo educativo deve ser formar profissionais capazes de criar novos conhecimentos, habilidades hábitos e atitudes e não simplesmente repetir o que já foi acumulado pelas gerações anteriores, profissionais críticos, capazes de analisar pós e contra de uma determinada situação, optando por uma delas, respondendo pelo exercício do seu livre arbítrio, direcionando suas ações para a globalização de atitudes que impliquem em responsabilidade social e ética.

Vygotsky (1998), por sua vez, chama atenção para a necessidade de fazer com que o processo de aprendizagem evolua do individualismo e da competição que sempre o caracterizou na escola tradicional, para um trabalho educacional de formação social da mente, com atuação efetiva no que ele denomina de zona de desenvolvimento proximal, valorizando o trabalho coletivo no sentido de garantir que, no contato com professores ou colegas com maior conhecimento e experiência em área específica, o aluno que ainda não desenvolveu as estruturas mentais necessárias, possa aprender com o grupo o que mais tarde, virá a construir sozinho.

As contribuições de Wallon (1992) referem-se à necessidade de considerar, no processo de ensinar-aprender, a afetividade do ser humano, suas emoções, sentimentos, medos, alegrias, crenças, preconceitos e mitos, sentindo cada aluno com ser global e indivisível por excelência. Suas contribuições são muito efetivas no entendimento do processo de amadurecimento da afetividade do ser humano que deve evoluir das sensações epidêmicas à emotividade simbólica e posteriormente à emotividade categorial, controlada pela inteligência.

Às conquistas desses autores somam-se os estudos de Gardner (1995) e Goleman (1995). Segundo Gardner, é fundamental em todo processo educacional, que os professores procurem identificar o tipo de inteligência que predomina em cada um dos seus alunos qualificando-se para utilizar essa facilidade natural apresentada pelos alunos

como recurso, “reta paralela” para a aprendizagem, especialmente nas áreas nas quais apresentam dificuldades. Perceber porque determinados alunos apresentam maiores ou menores dificuldades ou facilidades para aprender facilita o trabalho do professor e orienta sua ação didática-pedagógica é fundamental para que os docentes possam estimular em cada aluno suas aptidões mais marcantes, a partir de atividades diversificadas, utilizando para isso a inteligência priorizada em cada aluno como estratégia para o trabalho com outras áreas de conhecimentos nas quais encontra dificuldades de entendimento e assimilação.

Identificar na classe os alunos com **inteligência lingüística** (maior facilidade para as letras, a escrita, a interpretação de textos, as poesias, para falar e convencer pessoas, para dar sentido às mensagens), **os lógico matemáticos** (com facilidade para o cálculo, a geometria espacial, para solução de problemas, relacionar causas e efeitos), **os espaciais** (facilidade para delimitar espaço, lidar com disposição ambientais, perceber formas e objetos) **os cinestésicos-corporais** (exímios nos movimentos musculares, para uso do próprio corpo com propósitos expressivos), **dos musicais** (facilidade para identificar sons diferentes, ritmistas, capazes par o domínio de sons com harmonia), distinguindo também **os interpessoais** (com muita facilidades para negociações, convencimento, comunicação) **dos intrapessoais** (mais voltadas para o seu íntimo preferindo trabalho individualizado aos de grupo).

Ainda de grande importância para a compreensão do processo de ensino-aprendizagem são os estudos de Goleman (1995) sobre o **Quociente Emocional (QE)** do ser humano. Valorizado e mitificado ao longo das décadas o Quociente Intelectual (QI) gerou uma multiplicidade de testes como os de Binet e Simon aplicados em escolas, especialmente da Europa, para testar a capacidade intelectual dos alunos e classificá-los dos mais aos menos inteligentes.

Esses testes foram aplicados, sem as adequações necessárias, às características, condições e história de vida dos alunos de outros países, gerando resultado pouco científicos e fidedignos.

Goleman (1995) ao valorizar o **Quociente Emocional (QE)** entendendo – o como recurso auxiliar não só para docentes de instituições de ensino de diferente níveis, desde a Educação Infantil até a Universidade em suas diferentes áreas, como para os processos de gestão e empregabilidade nas modernas organizações sociais .

Todo docente deve aprender a trabalhar com o quociente emocional (QE) dos alunos considerando que em um mundo de transformações e competitividade profissional, não basta apenas ter um bom Quociente Intelectual (QI). É necessário ser profissional ágil, criativo, capaz de resolver problemas e antecipar crises, mesmo antes que elas aconteçam nas organizações.

Para Goleman o QI é fundamental variável para que uma pessoa possa colocar-se profissionalmente . No entanto, será o seu QE o responsável pela sua permanência nele.

Desafios Didático-Pedagógicos

O Bacharelado em Direito, como todos os demais cursos que formam os profissionais e pesquisadores do futuro, precisa rever seus processos de ensino-aprendizagem qualificando-se para subsidiá-los com indicadores de construção sócio-interativa, possibilitando a construção de novos conhecimentos, novas relações entre fatos, acontecimentos, situações, verdades, incentivando à crítica, à criatividade e ao uso de raciocínio mais complexos para resolução de problemas, intervenção em realidades para mantê-las, alterá-las ou transformá-las, por evolução ou transformação global.

Estas explicações da gênese do conhecimento geram portanto, desafios didáticos-pedagógicos para o professor e uma grande questão se coloca para sua reflexão: como trabalhar em sala de aula, ou outros ambientes especiais de aprendizagem, para que os alunos não apenas memorizem conhecimentos mas qualifiquem-se para construí-los, de forma complexa e adequada, a partir de estimulações sócio-interativas, críticas e criativas.

Inicialmente precisa ler muito sobre as teorias que explicam a gênese do conhecimento, discutindo suas repercussões sobre o processo de ensinar-aprender-educar-desenvolver, tarefa muito mais complexa que o simples transmitir-decorar-devolver, tal e qual, nas avaliações propostas pelo professor.

Na medida que se qualifica epistemologicamente o docente precisa procurar alternativas que não apenas alterem mas revolucionem sua ação pedagógica.

Precisa extrapolar o tradicional “dar aulas”, sair do seu pedestal de sabedoria suprema para transformar-se no estimulador, orientador da descoberta de conhecimento pelos seus alunos, criando desafios que os motivem à busca de respostas variadas e não mais únicas para situações problemas, que serão analisados na validade e adequação de suas argumentações.

Deve construir a certeza de que aprender é um processo dialético que se afirma e fortalece na medida em que, diante de qualquer situação-problema, busca argumentar a sua tese, sua antítese, para chegar a conclusões que aperfeiçoem as duas situações conflitantes, anteriores, possibilitando ganhos reais e processos permanentes.

A mudança na forma de conduzir o processo de ensino-aprendizagem-educação-desenvolvimento, atendendo individual e coletivamente seus alunos, de forma a atendê-los em suas necessidades, ao mesmo tempo que lhes permite aprender com o coletivo a partir das relações solidárias de troca, o professor terá que alterar também os recursos que utiliza nas salas de aulas e a forma de avaliar seus alunos.

Os livros didáticos, os textos básicos perderão, gradativamente sua hegemonia suprema, sendo substituídos, ou complementados por vivências do cotidiano, do mundo diário, do exercício da justiça nos diferentes níveis e campos que caracterizam.

Revistas e jornais, noticiários de TV e rádio, nacionais e internacionais, serão recursos para o exercício de análise crítica, retórica e argumentação do futuro Bacharel em Direito.

A esses recursos deverá juntar os modernos recursos da informática e da multimídia, acostumando-se e aos seus alunos a buscarem no computador as informações necessárias, deixando o tempo disponível nas salas de aulas para discussões, contrapontos, defesas, acusações, réplicas, trélicas que fortalecerão seus alunos em seus exercícios de acusação e defesa, além de multiplicar seu substrato teórico, pela riqueza oferecida pelos computadores que ultrapassem em muito a quantidade e a qualidade das informações disponíveis como cultura do professor ou conteúdos de livros didáticos esparsos.

Todo professor precisa conscientizar-se de que seu trabalho tem que ter caráter integrador, desenvolvido a partir de propostas interdisciplinares, direcionado para a resolução de problemas, estudos de casos, de processos que possam integrar o concurso de não apenas um professor, mas os docentes do maior número possível das diferentes áreas envolvidas.

Há que se eliminar horários rígidos e segmentados nas Universidades, passando ao trabalho modular que integre professores de diferentes áreas, mas com contribuições fundamentais para a resolução do processo jurídico em discussão.

Outra grande desafio didático-pedagógico diz respeito às mudanças necessárias no seu processo de avaliação.

Tradicionalmente centrada no registro de informações memorizadas e voltada para o que o aluno não sabe, tem-se caracterizado como medida quantitativa, que apenas detecta falhas, sem nenhuma atuação sobre elas para ajudar seus alunos a superá-las.

Nesse processo o êxito aferido decorre da competência do professor, mas o fracasso do aluno é sempre culpa de sua falta de estudo, dedicação ou preguiça.

Avaliar qualitativamente, de forma investigativa mediadora, sem sentenciar ou classificar os alunos como capazes ou incapazes é um dos maiores desafios do professor porque exige uma revisão de postura diante da vida e da educação.

O docente precisa aprender a trabalhar a avaliação como processo prazeroso, mediador, que deve possibilitar que o aluno aprenda a partir de seus desafios. Da mesma forma, o aluno também precisa ser esclarecido a respeito das características desse processo de avaliação investigativo, prazeroso, que lhe exige participação mais efetivas, respostas pensadas e discutidas.

Acostumados a serem “cobrados das informações trabalhadas em sala de aula os alunos vêm-se, neste novo processo, diante de questões em cujos enunciados encontra, bem definidas todas essas informações acrescidas de desafios que apenas serão resolvidas se eles souberem ser ágeis, críticos, criativos, no lidar com essas informações, relacionando-as, hipotetizando-as, transferindo-as para novas situações, buscando identificar as relações de causa e efeito que lhe são inerentes, explorando-as a partir do exercício de raciocínios mais complexos.

Desafios Científico-Investigativos

Os **desafios científico - investigativos** também são muito novos para os Bacharelados em Direito nos quais os trabalhos de conclusão de cursos quase são inexistentes e, quando exigidos, resumem-se a cópias de textos de livros, sem observar as normas da ABNT, sem identificação de problemas de pesquisa, formulação de questões de investigação ou de hipóteses, definição de metodologias de busca, além de conclusões e recomendações resultantes de pesquisa.

Os TCCs resumiam-se a trabalhos descompromissados, sem contribuições reais para aperfeiçoamento da área de estudo escolhida.

É necessário que nos Bacharelados em Direito e em todos os cursos de qualquer nível, especialmente no superior, a pesquisa extrapole o simples levantamento bibliográfico e assuma o caráter de estudos de caso, propostas de intervenção em realidades, pesquisas participantes e pesquisa-ação permitindo aos alunos condições para descoberta de soluções para os problemas estudados, transformando-os em autores autênticos e objetivos, capazes de fazer recomendações para colegas de profissão a respeito de problemas comuns.

Desafios Tecnológicos

Acompanhar os **avanços da moderna tecnologia** é um grande desafio para todos os educadores, inclusive para os que atuam nos cursos de Direito. As conquistas são muito significativas, complexas e rápidas exigindo construção permanente de habilidades para o seu uso adequado e com eficiência.

O importante é que o docente esteja consciente de que precisa fazer da informática e da multimídia e seus múltiplos e variados recursos parceiros, instrumentos para enriquecer o trabalho didático-pedagógico e de que centralizar seu desempenho em sala de aula apenas em aulas expositivas, com o recurso dos livros textos, quadro-negro e giz, não é mais possível na escola que precisa preparar profissionais para a sociedade contemporânea, informatizada por excelência.

Desafios Políticos e Éticos

Desafios políticos e éticos são cruciais nos Cursos de Direito nos quais se estuda a imparcialidade da justiça e o direito de defesa de todos os cidadãos. Estudiosos como Althusser (1883), Bordieu e Passeron (1975) ao denunciarem a escola como instituição a serviço da ideologia capitalista, levando para a sala de aula a divisão de classes decorrentes da posse do capital pela minoria dominante, ajudam-nos a entender a dificuldade de enfrentar os desafios políticos e éticos, no Curso de Direito.

Exemplos cotidianos publicados pela mídia têm ventilado o controle que o poder e os interesses de grupos e políticos têm feito da justiça brasileira, utilizando-a para atender a seus interesses .

Ser imparcial num país ideologicamente capitalista é muito difícil, trabalhar essa relatividade de valores é muito complexa em qualquer curso, especialmente nos Bacharelados em Direito.

Para que o curso de Direito possa responder pela preparação de profissionais competentes, compromissados com a qualidade de vida de toda a população e capazes de acompanhar as mudanças rápidas e complexas da sociedade nacional e mundial é necessário imprimir ao curso alguns diferenciais entre os quais distingue-se o trabalho interdisciplinar com a Pedagogia.

A Pedagogia e a Formação de Profissionais do Direito para a Sociedade Contemporânea

A sociedade contemporânea tem primado por mudanças complexas e rápidas exigindo novas definições por parte de seus integrantes e das instituições que a constituem.

Globalização, informática, multimídia, responsabilidade social, clonagem, genoma, transgênicos entre outras, não são apenas novas palavras da língua oficial do país, mas realidades que têm caracterizado a sociedade mundial, com reflexos marcantes também no país.

Estas mudanças na sociedade têm exigido revisões nas ações das suas instituições e também nas escolas formadoras dos profissionais que atuam e atuarão nesta sociedade, nela exercendo tarefas muito diferenciadas.

Até há pouco tempo a instituição formadora de profissionais, especialmente de nível superior, decidiam sobre o perfil a ser trabalhado com seus alunos sem muita preocupação com a efetividade de sua ação, como profissionais, no cotidiano do mercado de trabalho.

Esta pseudo autonomia, no entanto, não tem mais razão de ser neste mundo globalizado. A sociedade, com toda a sua complexidade, está a direcionar as ações das instituições formadoras de profissionais e orientando o perfil a ser por elas trabalhados com seus alunos, sem o que não serão bem vindos nem terão êxito no mercado de trabalho.

Para estas instituições impôs-se a necessidade de buscar novas alternativas de trabalho didático-pedagógico de forma a formar profissionais não mais apenas capazes de repetir informações, mas aptos a raciocínios mais complexos, a pensar, ser e agir com criatividade, aptos para resolver problemas e enfrentar crises.

A preocupação com o trabalho didático-pedagógico impôs-se como necessidade para cada uma destas instituições que deve passar, por exigência social e política, e principalmente legal, especialmente a partir da publicação da nova Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional, a centrar suas atenções no processo de aprendizagem e não mais no de ensino, mudando o foco de suas atenções do professor para o aluno, da quantidade de informações para a qualidade das mesmas e à análise das relações que possam existir entre elas, sua utilização para resolver problemas e crises do seu cotidiano pessoal, social e profissional, corrigindo a chamada “simetria invertida” e devolvendo ao discente o lugar que lhe cabe como centro do processo educativo.

Pedagogia dos Projetos, Tutorias, Trabalho Interdisciplinar, Trabalho com Temas Transversais, são algumas das propostas que estão inovando o trabalho didático efetivado pelas instituições de ensino superior.

Entre elas uma destaca se pela excelências dos seus resultados, comprovados em vários trabalhos pilotos desenvolvidos por instituições de ensino superior para garantir qualidade didático-pedagógica às suas ações acadêmicas: é o trabalho interdisciplinar, relacionando, a partir de objetivos comuns, áreas de conhecimento diferenciadas, disciplinas bastante variadas, sempre em busca da formação de profissionais globalizados, capazes de perceber o conjunto, sem perder de vista sua especificidades.

A Pedagogia passa assim, a assumir uma importância muito significativa no trabalho destas instituições, valorizando, como conseqüência, suas ações acadêmicas, também até então em “simetria invertida” em relação às ações administrativas, historicamente priorizadas em todas as instituições, preocupadas com o lucro, com prédios, recursos físicos e materiais que o pudessem garantir.

Felizmente este panorama começa a mudar. A sociedade no seu todo e especialmente suas organizações começam a perceber a importância da necessidade de organizações “inteligentes” geridas por profissionais também pensantes, capazes de responder aos desafios da globalização, aos avanços das ciências e das tecnologias.

Organizações pensantes exigem profissionais pensantes, empreendedores, capazes de liderar pessoas, enfrentar as mudanças complexas e rápidas da sociedade no seu todo.

Para formar profissionais pensantes urge construir uma competência diferenciada para as instituições que respondem por esta tarefa na sociedade contemporânea, desvinculando-a da tradicional transmissão de conhecimentos, criando condições para que os alunos, futuros profissionais construam sua competência para criar, intuir, transferir conhecimentos, a partir de raciocínios mais elaborados e desafiadores.

É necessário respeitar as individualidades dos alunos incentivando - os a darem o melhor de si, adequando o que deve ser trabalhado, ensinado, às suas condições para o aprendizado, sempre de forma a integrar neste processo os mais modernos recursos da informática e da multimídia.

Para isto é importante priorizar, nas instituições de ensino, as ações didáticas de qualidade, a inter-relação entre os conhecimento, projetos socializadores de construção interativa do conhecimento.

Conclusões

Considerando os avanços da sociedade, das ciência e da tecnologia que estão a exigir profissionais com novos perfis, com agilidade para resolver problemas, equilíbrio emocional, ética, responsabilidades sociais a formação dos profissionais de todas as áreas transformou-se em desafio complexo para as instituições de ensino de qualquer nível, especialmente superior.

Os cursos de Direito não podem fugir aos mesmos desafios devendo rever sua missão, seus objetivos, estrutura e funcionamento.

Sair do ensino tradicionalista, assumindo a construção interativa do conhecimento a partir de sistemáticas didático-pedagógica mais ativas, investigativas e avaliações mediadoras e não mais sentencivas e classificatórias, deve constituir-se em novo pólo de referência de suas ações em busca de qualidade efetiva. Valorizar e incentivar a pesquisa, a atividade criadora dos alunos deve transformar-se em meta primordial com preocupação de garantir um processo crescente de aliar a teoria acadêmica à prática jurídica a partir de propostas objetivas que desenvolvam o futuro bacharel como um ser global, holístico e como profissional competente e atualizado.

Precisa deixar de ser um conhecedor de leis, um bom orador, um ator dramático, para, assumir a cidadania responsável e ética que contribui para que a justiça possa concretizar-se, com seriedade, nas relações sociais, contribuindo para a busca de uma vida de maior qualidade para todos. Deve ser o profissional que transmite segurança, que defende direitos, investiga disfunções ou ações inadequadas, mas que também não fecha olhos e braços diante da impunidade e omissão jurídicas que têm caracterizado a sociedade atual.

Para que essas utopias, impossíveis hoje mas possíveis futuramente, a partir do concurso de todos, transformem-se em realidade impõe-se a abertura das instituições às suas comunidades externas possibilitando parcerias que viabilizem ensino de melhor qualidade.

Trabalhos integrados com outras e diferenciadas instituições e órgãos da sociedade são imprescindíveis para que o novo profissional do Direito assuma condições para estar presente e atuando de forma competente, na sociedade de hoje e do futuro. E este futuro não mais permitirá omissões.

Todos serão responsáveis pela conservação da vida, pela formação de HOMENS – PROFISSIONAIS – CIDADÃOS íntegros e responsáveis sendo o profissional do Direito o paradigma concreto para os demais, na medida em que zela pela igualdade de direitos, pelo assumir consciente da responsabilidade que resulta do uso efetivo da liberdade, pela justiça, pela ordem social.

Suas funções transcendem a materialidade do mundo assumindo níveis de responsabilidade social, política e transcendental.

O profissional do Direito
“não foge aos desafios de sua época,
não se aliena do
problema das crianças, jovens, adultos e velhos sem teto
e sem lar, sem amor e sem comida, sem cama, sem carinho
e sem histórias de vida,
não fica de braços cruzados,
de boca fechada e cabeça vazia,
não tolera a injustiça,
a indiferença, nem as desigualdades que afetam as pessoas
da sua comunidade, do seu bairro, sua cidade, seu estado,
seu país e do mundo,
mas luta pela verdade e pela justiça,
com as armas da retidão do caráter, da solidariedade e da
caridade.
Não desanima nem se desespera
diante das.
derrotas e das dificuldades,
da incompreensão, porque
sabe que a única coisa que vai sobrar de tudo isso é o amor,
o verdadeiro amor”

(Adaptação do artigo de Eduardo Mayr, Juiz de Alçada Criminal, publicado no jornal AMIGO de junho de 1997, editado pelas ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL)

Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ANAIAS DA XVI CONFERÊNCIA NACIONAL DOS ADVOGADOS. Brasília: OAB, 1996.
- BARROS, W. **Curso de direito civil**. 30.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BORDIEU, P.E.; PASSERON, J. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1989
- CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- CARVALHO, A. M.P. de. **A Formação do professor e a prática de ensino**. São Paulo: Pioneira, 1988.
- CONSELHO FEDERAL DA ORDEM. **170 anos de cursos jurídicos no Brasil**. Brasília: OAB, 1997.
- DEMO, P. **Avaliação qualitativa**. São Paulo: Cortez, 1988.
- FAZENDA, Ivani C. **A Proposta preliminar para as disciplinas: Didática/Prática de Ensino e Estágio**. São Paulo: Secretaria da Educação/ CENP, 1990
- _____. (Org.) **Didática e interdisciplinaridade**. São Paulo: Papirus/Autores Associados, 1998.
- GARDNER H. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**. 32ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
- HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio – uma perspectiva construtiva**. Porto Alegre: Mediação, 1995.
- LA TAILLE, Yves de, OLIVEIRA, Marta K., DANTAS, Heloisa. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.
- MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.
- PIAGET, J. **Psicologia e pedagogia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Avaliação universitária global: o tripé ensino – pesquisa – extensão e a formação para a cidadania**. **Cadernos**. São Paulo, v.2, p25-35, jan./jun., 1996.
- VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. **Pensamento e linguagem**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.